



**HISTÓRIA
BRASIL**



CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS



SETOR I



ENEM 2011

Módulo 1. A formação de Portugal

1. Europa na Baixa Idade Média (séculos XI-XV)

- **Elementos da crise feudal** – Desequilíbrio entre população e produção rural; aumento populacional e crise de produção; banditismo; revoltas camponesas; Cruzadas; Guerra dos Cem Anos; epidemias
- **Início da transição feudo-capitalista** – Renascimento comercial, urbano e monetário; novos elementos sociais: comerciantes, artesãos, camponeses assalariados; corporações de ofício; guildas

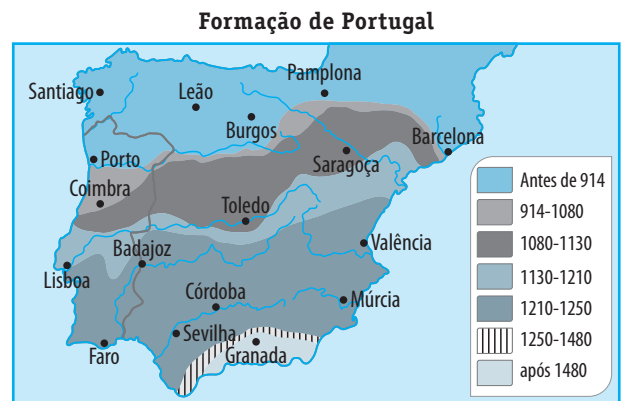
2. Península Ibérica na Baixa Idade Média

- Movimento de expulsão dos árabes da península Ibérica
- Desenvolvimento do espírito cruzadista na região

3. Formação de Portugal

- D. Henrique de Borgonha recebe o condado Portucalense e desposa a filha de D. Afonso VI, D. Teresa, do reino de Leão.
- 1139 – D. Afonso Henrique, filho de D. Henrique, proclama a independência do condado Portucalense. Inicia-se o processo de formação da monarquia portuguesa.
- De 1139 a 1383 – dinastia de Borgonha

- Conclusão do processo de formação territorial de Portugal com a expulsão dos árabes
- Estímulo às atividades pesqueiras e ao desenvolvimento náutico
- A Revolução de Avis (1383-1385)
- 1383 – morte de D. Fernando, o Formoso, último rei da dinastia de Borgonha, sem herdeiros varões



Herdeiros em disputa pelo trono	D. Beatriz (Borgonha), esposa de D. João I (rei de Castela)	D. João (mestre de Avis e irmão bastardo de D. Fernando)
Grupos sociais envolvidos	Nobreza castelhana	Burguesia e povo português
Guerra e vitória	1383–1385 foi o período de duração da Revolução de Avis, vencida pelo mestre de Avis, D. João, na batalha de Aljubarrota. Conclui-se o processo de centralização política de Portugal.	

Módulo 2. A expansão marítimo-comercial européia

1. Fatores desencadeadores da expansão marítima nos séculos XV e XVI

- Busca de solução para as sucessivas crises ocorridas durante a Baixa Idade Média
- Impulso às atividades comerciais em curso na Europa
- Necessidade de alimentos, metais preciosos e mão-de-obra; de uma nova rota comercial para o Ocidente; de constituir novos mercados fornecedores e consumidores.

2. Fatores do pioneirismo português no expansionismo marítimo

- Precoce centralização política
- Ausência de conflitos internos e externos
- Desenvolvimento de técnicas náuticas
- Burguesia comercial ávida por lucros.

3. Périplo africano

- 1415 – Conquista de Ceuta (atual Marrocos)
- 1492 – Chegada de Vasco da Gama às Índias
- Construção de feitorias e exploração do comércio de escravos, ouro, marfim e madeira
- Ausência de colonização

4. Conflito luso-espanhol sobre o Atlântico

- 1493 – Bula *Intercoetera* – linha 100 léguas a oeste de Cabo Verde
 - 1494 – Tratado de Tordesilhas – linha 370 léguas a oeste de Cabo Verde
- Esses tratados evidenciavam disputas sobre a posse das novas terras e águas descobertas.

5. A chegada ao Brasil

22 de abril de 1500 – Descobrimto do Brasil

História



Módulo 3. O período pré-colonial (1500-1530)

• Período de prioridade comercial portuguesa voltado para as Índias.

1. O pau-brasil

- Exploração litorânea (mata Atlântica)
- Estanco (monopólio da Coroa)
- Mão-de-obra indígena
- Escambo com os indígenas

- Construção de feitorias ao longo do litoral
- Atraiu a presença de contrabandistas franceses

2. Expedições

- **Exploradoras** – Exploração geográfica do território e procura de metais preciosos
- **Guarda-costas** – Policiamento do litoral contra a presença de contrabandistas franceses de pau-brasil.

Módulo 4. A colonização: administração colonial

Colonizar – Ocupar (garantir a posse da terra), produzir (valorizar economicamente a terra) e administrar (submisão aos interesses metropolitanos).

Fatores desencadeadores da colonização brasileira:

- perda do monopólio comercial com as Índias;
- ameaça francesa de apoderar-se das terras brasileiras.

1. Capitanias hereditárias (de 1530 a 1777)

- Transferência para os donatários do ônus da colonização
- Experiência anterior nas ilhas da Madeira e Cabo Verde
- Descentralização política
- Donatário: direitos administrativos, jurídicos e militares
- Obrigação de colonizar a capitania (ocupar, produzir e administrar).
- Documentos
- (A) Carta de Doação: assegurava a posse da capitania ao donatário.
- (B) Foral: código tributário, direitos e deveres, doação de sesmarias
- Fracasso do sistema: elevados investimentos afugentam do os donatários; conflitos com os indígenas; isolamento das capitanias em relação à metrópole e às demais capitanias.



2. Governo-geral

- 1548: regimento de Tomé de Sousa; criação do governo-geral
- Objetivos: centralização política para coordenar a ação do Estado metropolitano junto aos donatários e garantia de eficácia do processo colonizador.
- Salvador: sede do governo-geral (1ª capital do Brasil)
- Capitania da Bahia de Todos os Santos: transformada em capitania real, subordinada diretamente à metrópole.
- Efetivação do processo colonizador
- Auxiliares diretos na administração colonial:
 - provedor-mor: encarregado dos assuntos fazendários (impostos e tributações)
 - ouvidor-mor: encarregado dos assuntos judiciais
 - capitão-mor: encarregado da defesa territorial e do combate aos indígenas

3. As câmaras municipais

- Vilas e cidades
- Câmara municipal:
 - administração local
 - administrativo eleito pelos homens-bons: membros da aristocracia rural
 - poder altamente descentralizado e exercido, majoritariamente, pelos proprietários rurais, determinando salários, tributos, abastecimento municipal (medicamentos, mantimentos, armamentos e munições) e tratados com os indígenas.

Módulo 5. A colonização: economia açucareira

1. Colônias no contexto mercantilista

- Áreas complementares e exclusivas da economia metropolitana
- Essência do colonialismo mercantilista: exclusivismo metropolitano (pacto colonial)

2. Agromanufatura açucareira

- Utilização de máquinas (força-motriz animal, humana ou água)
- Divisão social de trabalho
- Emprego de trabalhadores especializados em diversas atividades produtivas
- Emprego de trabalhadores na fiscalização das etapas produtivas
- Produção com o objetivo de lucro

3. Açúcar

- Demanda européia pelo produto com a retomada do crescimento populacional
- Elevado preço no mercado: especiaria
- Necessidade de elevado investimento para produção e numerosa mão-de-obra
- Produto de sofisticada técnica para seu fabrico: conhecimento adquirido pelos portugueses e estendido para as ilhas portuguesas no Atlântico.

4. Participação holandesa

- Empréstimos / financiamentos
- Transporte

- Refino
- Comercialização do produto na Europa
- Margem de lucratividade: 70%

5. Engenho: unidade social e produtiva

- **Unidade social:** escravos, caldeireiro, mestre-menor, oleiro, carpinteiro, escrivão, mestre do açúcar, caixeiro, médico, capelão, cobrador de rendas, feitor, senhor de engenho
- **Unidade produtiva:** áreas de plantio – canavial e plantação de subsistência; reserva florestal (lenha) e pequena pastagem; fábrica – moenda, caldeira, casa de purgar, secagem e embalagem do açúcar
- Edificações: casa-grande, senzala, moradias dos trabalhadores livres e capela.
- Margem de lucratividade do senhor de engenho: 5%
- Modelo produtivo: *plantation* – monocultura, latifúndio, escravidão, voltado para o mercado externo.

6. Sociedade colonial açucareira

- Ruralizada
- Litorânea
- Região Nordeste
- Hierarquizada
- Patriarcalista
- Escravista
- Imobilista
- Agroexportadora

História

Módulo 6. O domínio espanhol e as invasões holandesas

1. União Ibérica ou União Peninsular (1580 a 1640)

• Fim da dinastia de Avis (1385-1580) em Portugal, inaugurando uma crise sucessória ao trono.

• Felipe II, espanhol, herdeiro materno (D. Isabel) e filho de Carlos V, Habsburgo, assume o trono português com o apoio da nobreza portuguesa. *Portugal, lo herde, lo compre y lo conquiste.*

• **Brasil:** integração entre Paraíba e Maranhão; ligação entre o Brasil e a região da Prata; início do extrativismo mineral; atuação desenvolve dos bandeirantes; avanço do Brasil sobre a linha de Tordesilhas.

• **Europa:** desde 1568, as Províncias Unidas do Norte (dentre elas a Holanda) guerreavam contra a Espanha, tendo declarado a independência em 1579 (um ano antes da União Ibérica). Motivos do conflito: intolerância religiosa, interferência administrativa nas Províncias Unidas do Norte; elevação dos impostos e perseguição religiosa (Inquisição).

2. As invasões holandesas

• **1621:** ruptura da trégua entre Holanda e Espanha e imposição do embargo comercial aos holandeses

• **1621:** fundação da WIC (Companhia das Índias Ocidentais)

• **1624-1625:** 1ª invasão holandesa – Bahia: centro administrativo e açucareiro

Fracasso: resistência colonial e auxílio de esquadra espanhola

• **1630-1654:** 2ª invasão holandesa – Pernambuco

• Fases da invasão

– **1630-1637:** fase da conquista

Resistência dos senhores de engenho (Arraial de Bom Jesus), fuga de escravos (quilombos), destruição dos engenhos (prejuízo para holandeses e senhores de engenho), Calabar auxilia os holandeses.

– **1637-1644:** fase de acomodação

Governo de Maurício de Nassau (período nassoviano). Aliança entre senhores de engenho e holandeses (manutenção do direito de propriedade privada aos senhores de engenho), reconstrução dos engenhos, abastecimento regular de escravos (WIC conquista a Costa dos Escravos, na África), liberdade religiosa, urbanização de Recife, Frans Post e Albert Eckhout (pintores holandeses) retratam o Brasil sob domínio holandês.

– **1640:** fim da União Ibérica com a restauração portuguesa

– **1645-1654:** expulsão – Insurreição Pernambucana
Retorno de Nassau à Holanda

Nova forma de governo holandês: triunvirato

Conflito: senhores de engenho e holandeses – Ameaça de confisco dos engenhos dos devedores.

3. Desdobramentos da invasão holandesa em Pernambuco

• Perda da hegemonia açucareira brasileira: retração em 50% da produção.

• Concorrência açucareira nas Antilhas, coordenada pelos holandeses.

Módulo 7. Expansão territorial: bandeiras

1. Bandeiras

Expedições particulares, de caráter militarista, com finalidades diferenciadas que contribuíram com a expansão territorial para além dos limites do tratado de Tordesilhas.

Ponto de partida: capitania de São Vicente, principalmente a cidade de São Paulo.

2. Capitania de São Vicente

– Decadência da economia açucareira

– Litoral estreito

– Elevada pluviosidade e distância dos mercados consumidores europeus

– Economia de subsistência com base na mão-de-obra indígena

	Bandeiras		
	Apresamento indígena	Sertanismo de contrato	Mineratória
Objetivo	Captura de indígenas para o mercado interno	Captura de escravos fugitivos; destruição de quilombos e combate a indígenas	Exploração de metais e pedras preciosas incentivada pela decadente metrópole
Região de ação	Região Sul; ataque às missões jesuíticas	Região Nordeste	Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e sul da Bahia
Período de maior ocorrência	Século XVII – período da União Ibérica e das invasões holandesas	Século XVII – período da União Ibérica e das invasões holandesas	Final do século XVII e início do século XVIII: fim da União Ibérica e das invasões holandesas
Decorrências	Escravidão e extermínio de indígenas; destruição de missões; conflito com missionários; expansão territorial para além de Tordesilhas	Tentativa de intimidação à resistência negra de formação de quilombos (comunidades de negros fugitivos) e alargamento dos latifúndios pelo combate aos indígenas	Interiorização da colonização; formação de núcleos urbanos; crescimento populacional e conflitos entre paulistas e forasteiros (emboabas)

3. Monções: expedições fluviais com objetivos comerciais

Quilombos eram núcleos de refúgio de negros e de minorias brancas, escravizadas e perseguidas na colônia.

... Foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse a escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito à determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele poderia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando sua vida e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituiu-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era a reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava.

Clóvis Moura, historiador. In: [http://www.portalafro.com.br/quilombo/quilombos.htm](http://www.portalaфро.com.br/quilombo/quilombos.htm)

Módulo 8 • Expansão territorial: pecuária, drogas do sertão e entradas

1. Pecuária

- Primeiro produto voltado para o mercado interno.
- Deu origem a vários **núcleos urbanos** por meio das feiras de gado.
- Por decreto metropolitano, as primeiras 10 léguas litorâneas eram áreas exclusivas para o plantio da cana: o **gado** interioriza-se e expande as fronteiras geográficas.
- Séculos XVI e XVII: atividade complementar à agromanufatura açucareira (transporte, força motriz); criação extensiva. Localização: Nordeste: rio São Francisco (rio dos currais), Rio Grande do Norte, Bahia e Piauí.
- Século XVIII: abastecimento da região mineradora (transporte, alimento e derivados do couro).
- Localização: rio São Francisco, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e região Sul.
- Mão-de-obra: homens livres, indígenas e mestiços (mamelucos), remuneração na base de $\frac{1}{4}$ das crias nascidas na fazenda, estimulando a formação de novas fazendas pelos vaqueiros.

2. Entradas

- Expedições **organizadas pela metrópole** com objetivos de: defesa territorial, exploração econômica da Amazônia e aproveitamento econômico da região do rio da Prata.
- Defesa territorial: séculos XVI e XVII.
Combater **invasores franceses** e executar a **construção de fortes** ao longo do litoral, fomentando a fixação populacional ao seu redor.
- Exploração econômica da Amazônia: século XVIII.
Fundação de vários **núcleos de povoamento e fortificações**.
- **Missões jesuíticas** que exploravam a mão-de-obra indígena na exploração das **drogas do sertão**.
- Exploração da região do **rio da Prata**: séculos XVII e XVIII.
Área de intenso **comércio e contrabando espanhol**.
Século XVII: fundação da Colônia do Sacramento.
Colonização complementada com a atividade pecuarista dos paulistas e dos imigrantes açorianos.

3. Tratados de limites

- Tratado de Madri: 1750
- Tratado de El Pardo: 1761
- Tratado de Santo Ildefonso: 1777
- Tratado de Badajós: 1801

2. (UFU-MG) *Esta terra, Senhor, é muito chã e muito formosa. Nela não podemos saber se haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal; porém, a terra em si é de muitos bons ares (...) querendo aproveitar dar-se-á nela tudo (...).*

Fragmento da Carta de Pero Vaz de Caminha escrita em 1500, ao rei de Portugal D. Manuel I, com informações sobre o Brasil.

Com base no texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A carta motivou a intenção de Portugal de iniciar, imediatamente, o processo de ocupação da terra, de estabelecer a agricultura e de retirar os bens exportáveis para atender ao mercado internacional.
- b) A carta mostra o deslumbramento e o entusiasmo de Pero Vaz de Caminha diante da natureza exuberante, assim como revela os valores materiais que orientavam o interesse dos portugueses na nova terra.
- c) Após o feito cabralino, a expedição de 1501 foi destinada a obter dados mais extensos sobre a suposta ilha, o que bem demonstra o extremo interesse despertado pela descoberta, embora Portugal não tivesse implementado um plano de ocupação efetiva das terras até 1530.

d) A exploração da madeira do pau-brasil, causadora da destruição acelerada da mata Atlântica, foi realizada por meio de escambo com os índios, num sistema em que os europeus recompensavam seu trabalho, oferecendo aos nativos, objetos de pouco valor, tais como contas de vidro, espelhos e facas.

Resposta: A

Como não foi encontrado nenhum produto de elevado valor comercial para os mercados europeus, os portugueses continuaram priorizando o comércio de especiarias com as Índias, relegando o Brasil a um plano secundário nas atividades comerciais com a metrópole. Nos primeiros trinta anos que se seguiram à descoberta do Brasil pelos portugueses, a atividade mais importante foi a de exploração do pau-brasil, realizada por autorização direta da Coroa, pois a madeira era um produto estancado, ou seja, de exploração exclusiva da Coroa.

Módulo 9 • Mineração e aspectos culturais da Colônia

1. Mineração

- Período de apogeu: de 1690 a 1750
- Principal problema das regiões mineradoras: desabastecimento

Ouro de lavagem	Lavra ou faisqueiras	Pequenos investimentos e instrumentos rudimentares	Trabalhadores livres ou poucos escravos
Ouro de lavra ou veeiro	Jazidas	Elevados investimentos e organização empresarial	Numerosa mão-de-obra escrava e supervisores

- Regiões: Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso
- Acelerado processo de crescimento demográfico, urbanização e interiorização da colonização.
- Política e administração autoritárias: evitar conflitos, contrabando e sonegação de impostos. Intendência das Minas e Casa de Fundição.
- Diversificação de ofícios e relativa mobilidade social (sem ser democrática).
- Formação de uma classe média urbana e intelectualizada.
- Organização de um mercado abastecedor às cidades mineradoras: gado, algodão, manufaturas e açúcar.
- Desenvolvimento de atividades manufatureiras.
- Rígida política tributária: capitação, quinto e finta.
- Tratado de Methuen ou de Panos e Vinhos (1703): o ouro brasileiro destinou-se à Inglaterra.
- Restrições ao tráfico negreiro para o Sudeste mineiro para não prejudicar a atividade açucareira.

2. Aspectos culturais da Colônia

Séculos XVI e XVII

- Colégios jesuíticos, irmandades carmelitas e seminários.
- Educação, catequese e formação de quadros para a Igreja.
- Expressão literária: Padre Antônio Vieira e Gregório de Matos.

Século XVIII

- Momento de apogeu da economia mineradora: urbanização e diversificação social.
- Arquitetura, literatura, música, pintura e escultura.
- Arcadismo mineiro: influência do pensamento iluminista.
- Barroco: originado durante a Contrarreforma Católica europeia do século XVI.
- Expressão artística de intensa religiosidade em combate ao Classicismo renascentista.
- Criticismo à rigidez política, administrativa e fiscal metropolitana.
- Formação de irmandades e confrarias religiosas: classificação social e profissional.

Módulo 10 · Período pombalino

1. Periodização

O marquês de Pombal foi ministro do rei D. José I, no período de 1750 a 1777.

Adoção de medidas que reestruturassem a economia portuguesa e a administração política.

Objetivava-se fortalecer o Estado e a economia, retirando Portugal da órbita de influência e dependência da economia inglesa, e também racionalizar a estrutura burocrática que concedia benefícios e isenções à nobreza e ao clero.

Na colônia: período de opressão fiscal

2. Medidas adotadas

- Centralização da administração colonial brasileira, extinguindo o regime de capitanias hereditárias.
- Reunificação administrativa do Brasil, até então dividido em Estado do Maranhão e Estado do Brasil.
- Transferência da capital para o Rio de Janeiro: maior controle do embarque do ouro.
- Criação da Real Extração do Diamante, convertida em monopólio estatal.
- Taxas anuais do ouro em 100 arrobas (finta).
- Criação de novas companhias privilegiadas de comércio, voltadas para as regiões Norte e Nordeste.
- Expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal.
- Reforma educacional

As medidas pombalinas são consideradas exemplo de racionalização administrativa, porém manteve-se o regime monárquico e absolutista de poder: despotismo esclarecido.

Módulo 11 · Revoltas nativistas

1. Contextualização

Reação à política de aperto fiscal e administrativo metropolitano sobre o Brasil após a União Ibérica e as invasões holandesas, quando Portugal declinou de sua supremacia econômica, militar e diplomática, ligando-se à poderosa Inglaterra.

O Brasil se tornou a “vaca leiteira” de Portugal.

2. Características gerais dos movimentos nativistas

- 1) Movimentos da elite colonial brasileira contra alguns aspectos do pacto colonial.
- 2) Não apresentaram propostas emancipacionistas.
- 3) Movimentos de relevância (amplitude) regional devido ao caráter agroexportador de nossa colonização, que retardou a integração territorial econômica e a conscientização de interesses comuns à elite colonial.

3. Revolta dos Beckman (Maranhão – 1684)

Latifundiários do estado do Maranhão contra o monopólio comercial e administrativo português, representado pela Cia. de Comércio do Estado do Maranhão, e contra a presença dos jesuítas na região, os quais impediam a escravização indígena.

4. Guerra dos Emboabas (Minas Gerais – 1708/1709)

Conflito entre paulistas, descobridores das minas, e emboabas (forasteiros, principalmente portugueses) pelo direito de exploração aurífera, além do encarecimento dos produtos de abastecimento na região, provocado pelo aumento demográfico.

5. Guerra dos Mascates (Pernambuco – 1710)

Conflito entre os senhores de engenho de Olinda, centro político e administrativo da capitania, decadentes e endividados com os comerciantes (mascates) de Recife que os ameaçavam duplamente: confisco dos engenhos como pagamento das dívidas e autonomia política e tributária com o pedido de elevação de Recife à categoria de Vila.

6. Revolta de Filipe dos Santos (Minas Gerais – 1720)

Conflito envolvendo mineradores mineiros contrários à instalação, em Minas Gerais, das Casas de Fundição, o que acarretaria maior controle da cobrança fiscal e reduziria as possibilidades de contrabando do ouro, e, também, contrários ao monopólio do sal por comerciantes portugueses.

Módulo 12 · Revoltas coloniais ou emancipacionistas

Contextualização

Século XVIII: consolidação do capitalismo industrial e difusão do **pensamento liberal-burguês**, gerando contestações às práticas **mercantilistas** (monopólio, colonialismo, restrições alfandegárias, protecionismo etc.) e ao Estado absolutista.

Fatos marcantes: Revolução Industrial, Iluminismo, Revolução Americana e Revolução Francesa.

Princípios defendidos: liberdade política, econômica e individual, igualdade jurídica, direito à propriedade, racionalismo, soberania dos povos e direitos naturais do homem.

Fatores internos: opressão colonial, crescimento das camadas médias intelectualizadas.

História

Quadro Geral	Inconfidência Mineira – 1789	Conjuração Baiana – 1798
Economia	Esgotamento das jazidas mineradoras; decretação da derrama (dívida de 384 arrobas) para o ano de 1789.	Renascimento agrícola açucareiro; elevação do custo dos produtos alimentícios.
Conjurados	Membros da elite: mineradores, literatos, funcionários públicos, fazendeiros, advogados, criadores de gado e clérigos.	Movimento liderado por mulatos, escravos, negros libertos e homens brancos de baixa renda, como alfaiates, pedreiros, soldados e bordadores.
Propostas	Emancipação política; incentivo à industrialização; República; estímulo ao povoamento; fundação de universidade em Vila Rica; suspensão da derrama e perdão da dívida.	Emancipação política; liberdade comercial; república democrática; igualdade jurídica; abolicionismo; fim do preconceito racial; melhorias salariais para soldados (mestiços).
Ação	O movimento restringiu-se à fase conspiratória (Natimorto).	Revolta nas ruas; ataque ao Pelourinho; panfletagens e pichações.
Influência externa	Revolução Americana e Iluminismo.	Revolução Francesa (fase da república jacobina), independência do Haiti.
Desfecho	Devassa (inquérito) aos participantes; degredo perpétuo e execução de Tiradentes; extinção da derrama.	Prisões e degredos; açoitamento público para escravos participantes e venda para fora da Bahia; enforcamento e esquartejamento de 4 líderes (mulatos).

Módulo 13 · Crise do sistema colonial e vinda da família real

Período	Destques	Significado
Segunda metade do século XVIII	Revoluções burguesas: Revoluções Industrial e Francesa Independência das treze colônias	Queda do Antigo Regime e afirmação dos princípios liberais políticos e econômicos
Consolidação do modo de produção capitalista		
Final do século XVIII e início do século XIX	Era Napoleônica	Consolidação das conquistas revolucionárias burguesas e impulso à industrialização na França
	Bloqueio Marítimo (Inglaterra) e Bloqueio Continental (França)	Rivalidade comercial entre as emergentes potências capitalistas industriais
A Era Napoleônica representou também uma ameaça às monarquias absolutistas europeias que se coligaram no combate às ideias revolucionárias francesas, as quais se expandiam às custas das invasões promovidas pelo imperador Napoleão Bonaparte.		

Portugal	Antigos laços de dependência militar, diplomática e econômica com a Inglaterra
	Ameaçado pelas potências rivais para aderir a uma das políticas dos “bloqueios”
	1807: convenção secreta. Inglaterra e Portugal – Transferência da família real portuguesa para o Brasil – Assinatura de novos tratados comerciais entre as duas Coroas no Brasil
	1807: tratado de Fontainebleau. França e Espanha, sob domínio napoleônico, decidem atacar as fronteiras portuguesas.
	1807: fuga da família real portuguesa para o Brasil sob proteção da marinha inglesa

Módulo 14. O governo joanino

Considerações: o período joanino corresponde à fase de “inversão brasileira”, quando as decisões políticas e administrativas foram transferidas do centro (Portugal) para a periferia (Brasil), invertendo a posição brasileira de colônia para sede da monarquia portuguesa.

1. O liberalismo joanino no Brasil

- Abertura dos portos às nações amigas
- Alvará de liberdade industrial (revogação do Alvará de 1785)

O Brasil não era visto como uma simples colônia, mas a sede da monarquia portuguesa e, como tal, o liberalismo joanino tinha o sentido de arrecadar impostos para a sobrevivência da família real, além de atender aos interesses britânicos.

2. 1810: tratados com a Inglaterra

- Tarifas alfandegárias preferenciais aos produtos ingleses
- Direito de extraterritorialidade aos ingleses residentes no Brasil
- Fim do tráfico negreiro até o ano de 1825
- Liberdade de culto aos ingleses no Brasil

Política externa:

- invasão à Guiana Francesa e à Banda Oriental do Uruguai (Província Cisplatina).

Política interna:

- criação de órgãos administrativos;
- criação do Banco do Brasil, da Imprensa Régia e das Academias de Belas Artes e Militar;
- elevação do Reino Unido a Portugal e Algarves (1815);
- estímulo à imigração através de doação de propriedades.

3. Revolução Pernambucana de 1817

- Crise econômica açucareira, algodoeira e elevados impostos cobrados pela Corte no Rio de Janeiro
- Elitista
- Separatismo
- Liberalismo: república, liberdade de consciência e imprensa, abolição dos impostos joaninos e direito à propriedade privada

4. Revolução Liberal do Porto em 1820

Causas	Propostas
<ol style="list-style-type: none">1. Crise econômica em Portugal:<ul style="list-style-type: none">• perda do monopólio comercial com o Brasil;• presença inglesa no comércio brasileiro;• perda dos impostos provenientes do Brasil.2. Presença inglesa em Portugal3. Liberalismo econômico para o Brasil4. Permanência da família real no Brasil	<ol style="list-style-type: none">1. Elaboração de uma constituição Liberal, para Portugal, limitando os poderes de D. João VI2. Retorno imediato da família real para Portugal, destituindo o Brasil da condição de sede da monarquia portuguesa3. Anulação das medidas liberais joaninas: recolonização do Brasil
Importante: 90% de todo o comércio português era feito com o Brasil, que agora comercializava diretamente com a Inglaterra, sem o intermédio dos comerciantes portugueses.	
A Revolução Liberal do Porto possuía um caráter ambíguo: era liberal (politicamente) para os portugueses , ao propor uma constituição que limitava o absolutismo de D. João VI, e conservadora para o Brasil , ao propor a reserva do mercado brasileiro aos comerciantes portugueses, numa clara manifestação da continuidade das práticas de monopólio e colonialismo mercantilistas.	

1821: retorno da família real portuguesa para Portugal

1821 a 1822: regência de D. Pedro no Brasil

Módulo 15 · D. Pedro e o processo de independência

1821-1822 – Regência de D. Pedro

9/1/1822 – Dia do Fico

Maio/1822 – Título de Defensor Perpétuo do Brasil conferido a D. Pedro

Maio/1822 – D. Pedro apreciaria todas as ordens provenientes das Cortes: “cumpra-se”

Julho/1822 – Assembleia Constituinte de Luso-Brasileiros

Partido brasileiro		Partido português
Facção aristocrática	Facção democrática	
<ul style="list-style-type: none"> • Monarquia • Limitações ao poder do imperador • Eleições indiretas • Voto censitário • Eleições em dois turnos 	<ul style="list-style-type: none"> • República • Eleições para os cargos de representação nacional (executivo e legislativo) • Voto direto • Garantia dos direitos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Anulação das medidas liberalizantes de D. João no Brasil • Fim das prerrogativas dos ingleses no comércio brasileiro • Recolonização
<p>A ideia inicial era a de manter um Reino Unido a Portugal: cada país teria a sua própria constituição, porém subordinados a um mesmo rei (monarquia dual).</p>		

7/9/1822 – Independência

Módulo 16 · Primeiro Reinado (I)

1. A Independência

Arranjo político: aristocracia agrária e príncipe regente. Manutenção da estrutura econômica do passado colonial e garantia da unidade territorial e da manutenção da escravidão.

2. Guerras de independência

1822-1823: províncias dominadas por comerciantes e militares portugueses contrários à Independência.

Contratação de mercenários estrangeiros para eles combaterem as forças portuguesas.

Províncias: Bahia, Pará, Cisplatina, Piauí e Rio de Janeiro

O reconhecimento externo da Independência		
Ano	Nação	Condições
1824	Estados Unidos	Doutrina Monroe: estímulo à independência das colônias americanas do domínio europeu <ul style="list-style-type: none"> • Tentativa de fazer frente ao domínio inglês na América • Tentativa de formar um bloco republicano na América
1825	Portugal	Tratados de Paz e Amizade (intermediados pela Inglaterra) <ul style="list-style-type: none"> • Pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras pelo Brasil (transferência da dívida portuguesa com a Inglaterra para o Brasil)
1827	Inglaterra	Exigência de renovação das cláusulas contratuais assinadas em 1810 <ul style="list-style-type: none"> • Convenção sobre o fim do tráfico negreiro até o ano de 1830

3. Assembleia Constituinte

Partido		Composição	Propostas
Brasileiro	(Democrata)	Vínculos com os setores urbanos	<ul style="list-style-type: none"> • República • Federalismo • Voto direto
	(Aristocrata)	Proprietários rurais e escravistas "Constituição da mandioca"	<ul style="list-style-type: none"> • Monarquia constitucional • Liberalismo econômico • Voto censitário • Eleições em dois turnos • Centralismo administrativo • Xenofobia
Português		Comerciantes e militares portugueses (em sua maioria)	<ul style="list-style-type: none"> • Monarquia absolutista • Manutenção das suas propriedades e direitos políticos

1823 – Noite da Agonia: dissolução dos trabalhos constituintes por D. Pedro I

Módulo 17· Primeiro Reinado (II)

1. Constituição de 1824 – Império do Brasil

Característica	Significado
Monarquia constitucional hereditária	Poderes invioláveis e sagrados
Outorgada	Elaborada e aprovada pelo Poder Executivo
Centralização e unitarismo	Absolutista e antifederalista
Voto censitário	Baseado na renda: comércio, indústria e atividades agrárias
Eleição em dois turnos	Eleitores de paróquia e de província
Liberalismo econômico	Não-intervenção do Estado na economia
Garantia das liberdades individuais	Baseado nos princípios do liberalismo político
Catolicismo	Religião oficial do Estado e a ele subordinado

Poderes	
Moderador	Exclusivo do imperador, assessorado pelo Conselho de Estado
Executivo	Imperador e ministros; presidentes das províncias
Legislativo	Senadores (vitalício) e deputados (eleição a cada quatro anos)
Judiciário	Juízes do Supremo Tribunal e juízes provinciais

2. Crise econômica brasileira

- Economia agroexportadora: dependente do mercado externo
- Concorrência algodoeira (norte-americana) e açucareira (Antilhas)
- Endividamento externo: tratados de reconhecimento da Independência e guerras de independência
- Falência do Banco do Brasil

3. Fatores da crise política

Política interna	Política externa	Economia
<ul style="list-style-type: none"> Noite da Agonia Outorga da Constituição Repressão à Confederação do Equador Noite das Garrafadas Ministério dos Marqueses 	<ul style="list-style-type: none"> Tratados de reconhecimento da Independência Guerra de Independência da Província Cisplatina (1825-1828) Crise sucessória ao trono português 	<ul style="list-style-type: none"> Agrarismo exportador Falência do Banco do Brasil Dívidas com a Inglaterra

4. A abdicação

7/abril/1831: abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro e retorno a Portugal

O Primeiro Reinado foi um período de transição, em que os portugueses se mantiveram no poder, aliados à figura do imperador. O Brasil, apesar de independente de Portugal, não havia se livrado dos portugueses.

Módulo 18 · Período regencial

- Período de intensa agitação social: rebeliões regenciais
- Início da recuperação econômica: café no Vale do Paraíba
- Período de “relativa” experiência liberal, federalista e republicana – Ato Adicional à Constituição de 1824
- Consolidação da Independência do Brasil

Partidos políticos regenciais		
1831-1837		
Liberal Moderado	Liberal Exaltado	Restaurador
<ul style="list-style-type: none"> Aristocracia rural do Sudeste e burguesia nacional Liberalismo moderado Restrições ao Poder Moderador Centralismo administrativo Escravidão 	<ul style="list-style-type: none"> Aristocracia rural do Nordeste e camadas médias urbanas Liberalismo radical Fim do Poder Moderador Voto direto 	<ul style="list-style-type: none"> Comerciantes portugueses residentes no Brasil Retorno de D. Pedro I ao Brasil Garantia dos direitos adquiridos durante o Primeiro Reinado
1837-1840		
Regressista	Progressista	
<ul style="list-style-type: none"> Dissidentes do Partido Liberal Moderado e ex-integrantes do Partido Restaurador Centralização política 	<ul style="list-style-type: none"> Dissidentes do Partido Liberal Moderado e ex-integrantes do Partido Liberal Exaltado Descentralização política 	

Regências			
Trina provisória	Trina permanente	Una de Padre Feijó	Una de Araújo Lima
<ul style="list-style-type: none"> Medidas liberais e restrição ao poder do imperador Deposição de governadores portugueses Início das rebeliões 	<ul style="list-style-type: none"> Pe. Feijó: ministro da Justiça Criação da Guarda Nacional (1831) Aprovação do Ato Adicional (1834) Reforma judiciária (1834) 	<ul style="list-style-type: none"> Recrudescimento das rebeliões Divisão partidária entre os Liberais Moderados (Progressistas e Regressistas) Apresentação, pelos regressistas, da Lei Interpretativa ao Ato Adicional (1837) 	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação da Lei Interpretativa ao Ato Adicional (1840). Golpe da Maioridade (1840) Retorno à centralização política e aliança aristocrática
Liberalismo			Conservadorismo

Módulo 19 · As revoltas regenciais

Rebelião	Participantes	Motivos	Características	Desfecho
Cabanagem: Pará (1835-40)	Mestiços, índios, escravos	<ul style="list-style-type: none"> • Politicamente: aristocracia <i>versus</i> portugueses • Economicamente: miséria da população e crise econômica dos produtos regionais no mercado internacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um programa político sistematizado • Única rebelião em que o povo tomou o poder de toda uma província • República • Separatismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Traição dos líderes • Violenta repressão das tropas imperiais
Malês: Bahia (1835)	Negros forros, escravos * Negros com formação religiosa muçulmana	<ul style="list-style-type: none"> • Maus-tratos • Discriminação racial 	<ul style="list-style-type: none"> • Abolicionismo • Formar uma nação negra • Luta armada contra o domínio dos brancos 	<ul style="list-style-type: none"> • Denunciados antes da eclosão do movimento • Repressão aos participantes
Balaiada: Maranhão (1838-41)	Vaqueiros, artesãos, escravos	<ul style="list-style-type: none"> • Politicamente: camadas urbanas contra o domínio das elites • Economicamente: miséria e crise econômica dos produtos regionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi uma revolta, mas um conjunto de ações isoladas de grupos diferenciados • Assalto a fazendas e formação de quilombos 	<ul style="list-style-type: none"> • Violenta repressão das tropas imperiais contra a população sertaneja, artesãos e escravos
Farroupilha: Rio Grande do Sul (1835-45)	Aristocracia rural gaúcha	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa do federalismo • Redução dos impostos sobre o charque • Defesa de uma política protecionista ao charque gaúcho 	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança nas mãos da aristocracia rural • Organização de um exército popular • Proclamação da República Piratini (RS) e Juliana (SC) 	<ul style="list-style-type: none"> • Negociação entre as partes • Anistia aos revoltosos • Redução dos impostos • Fortalecimento das Assembleias Provinciais

Módulo 20 · Segundo Reinado: pacificação e organização do Estado

A continuidade da política “regressista”

- I. Restauração do Conselho de Estado
- II. Reforma no código eleitoral
- III. Código criminal = eliminava a autonomia dos juízes municipais

Partidos políticos: Liberal e Conservador (“Nada mais conservador do que um liberal no poder”)

1840 – Eleições do Cacete: ação fraudulenta e violenta dos liberais nas eleições de 1840

1842 – Revoluções Liberais: reação dos Liberais paulistas e mineiros contra a anulação das eleições de 1840

1847 – Parlamentarismo: interferência direta do imperador na escolha do primeiro-ministro. **Parlamentarismo às avessas.**

1848 – Revolução Praieira – Pernambuco

- Último movimento de característica **liberal** e **descentralizadora** do período
- Economia: luta contra o monopólio comercial estrangeiro (português e inglês) e contra o latifúndio (família Cavalcanti)
- Partido da Praia ou Partido Liberal = camadas populares
- Politicamente: influência do pensamento liberal europeu (antiabsolutismo; direito de voto livre e universal; liberdade de expressão e imprensa; independência dos poderes; federalismo) e das ideias socialistas utópicas (direito de trabalho para os homens livres; fim do monopólio comercial estrangeiro e dos latifúndios).
- Nada propuseram para os escravos.

Módulo 21. Segundo Reinado: economia do século XIX

Produto	Região	Estrutura produtiva
Café	a) Vale do Paraíba	– Monocultura, latifúndio, escravidão – setor tradicional arcaico
	b) Oeste Paulista	– Monocultura, latifúndio, imigrantes – setor moderno – (*) Terra roxa, clima quente, ferrovias – setor moderno
Açúcar	Principalmente o Nordeste	– <i>Plantation</i> (decadente; concorrência açúcar de beterraba)
Algodão	Maranhão	– <i>Plantation</i> (sofria a concorrência norte-americana)
Tabaco	Principalmente o Nordeste	– Familiar e poucos escravos

1844 – Tarifa Alves Branco

Elevação da antiga tarifa de 15% para 30% ou 60% sobre os produtos importados

Objetivos: elevar a arrecadação do Estado → protecionismo alfandegário.

A questão do tráfico negro

Inglaterra	1810, 1828 e 1831	– Exigência do fim do tráfico negro
	1845: Bill Aberdeen	– Autorização do Parlamento à marinha inglesa para aprisionar navios negreiros; julgamento dos envolvidos em tribunais ingleses – Reação à Tarifa Alves Branco (1844)
Brasil	1850: Lei Eusébio de Queirós	– Extinção do tráfico negro para o Brasil
		– (*) Liberação de capitais
		– (***) Impulso à imigração

Imigração

Sistema de parceria	Imigração subvencionada
Iniciativa particular; endividamento do colono; revoltas; fracasso	– Subvenção do governo imperial; vantagens ao colono; assalariamento

1850 – Lei de Terras

Acesso à terra por meio de compra e obrigatoriedade do registro em cartório

Era Mauá – Surto industrial

Capital	Fim do tráfico; lucros do café; Tarifa Alves Branco
Mão-de-obra	Imigrantes europeus
Atividades	Bancos, comércio, ferrovias e indústria (bens de consumo não duráveis)

Módulo 22 · Segundo Reinado: política externa

1. Questão Christie

Crise diplomática entre Brasil e Inglaterra, não rompendo relações comerciais

Antecedentes	<ul style="list-style-type: none">– Direito de extraterritorialidade dos ingleses no Brasil– Insatisfação inglesa com a tarifa Alves Branco e o saldo comercial
Fatores da crise	<ul style="list-style-type: none">– Exigência inglesa de indenização da carga do navio Príncipe de Gales, naufragado em litoral brasileiro– Prisão de oficiais da marinha inglesa no Rio de Janeiro, ferindo o direito de extraterritorialidade– Aprisionamento de navios mercantes brasileiros pela marinha inglesa diante da crise diplomática
Desfecho	<ul style="list-style-type: none">– Rompimento de relações diplomáticas– Pagamento da indenização exigida pelos ingleses

2. As Guerras Platinas

Intervenção militar brasileira no Uruguai e na Argentina, em 1851 e 1864

Brasil	<ul style="list-style-type: none">– Hegemonia econômica e política na região Platina– Estratégia de reconhecimento à independência de países platinos, fragmentando-os política e territorialmente
Intervenções	1851: Uruguai (deposição de Oribe); Argentina (deposição de Rosas) 1864: Uruguai (deposição de Aguirre)

3. A Guerra do Paraguai (1864-1870)

Intervenção militar brasileira no Uruguai e na Argentina, em 1851 e 1864.

Causas	<ul style="list-style-type: none">– Interesses ingleses, argentinos e uruguaios (livre navegação na Bacia Platina)– Ameaça à hegemonia brasileira na região Platina– Interesse paraguaio de formar o Grande Paraguai, anexando territórios– Constantes interferências brasileiras nos países platinos
O conflito	<ul style="list-style-type: none">– Formação da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai– Acordo entre os países beligerantes para exigirem compensações territoriais e econômicas do Paraguai
Desfecho	<ul style="list-style-type: none">– Derrota paraguaia com grande prejuízo econômico, territorial e populacional– Endividamento brasileiro com a Inglaterra– Politização dos militares brasileiros: abolicionismo e republicanismo

Módulo 23 · Segundo Reinado: aspectos culturais do Império

1. Período Joanino (1808-1821)

- Influência e presença cultural de estrangeiros no Brasil
- Missão francesa
- Escola de Belas Artes
- Retratação e estudos da diversidade social, cultural, da fauna e da flora brasileira

2. Romantismo

- 1ª geração: nacionalismo e indianismo
- 2ª geração: sentimentalismo e pessimismo
- 3ª geração: abordagem social

3. Música

- Clássica: Carlos Gomes
- Popular: Chiquinha Gonzaga e Ernesto Nazareth

4. Circo

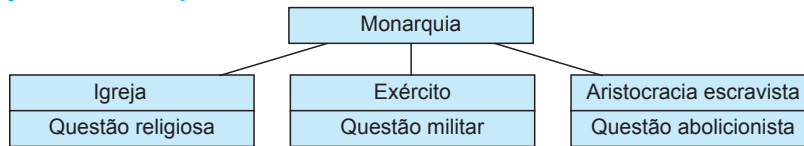
- Manifestação da cultura popular itinerante

5. Entrudo

- Brincadeira de rua cuja evolução social e política constituiu o carnaval (blocos e máscaras).

Módulo 24 · Crise da Monarquia

Tripé de sustentação da monarquia



Questão religiosa	– Interferência do Estado nos assuntos religiosos: padroado e beneplácito
Questão militar	– Reivindicação pelos militares de participação na vida política do país; república, abolicionismo e positivismo – Ideal militar de salvação nacional
Questão abolicionista	– Progressiva transição do trabalho escravo para o livre – Lei do Ventre Livre (1871) – Lei do Sexagenário (1885) – Lei Áurea (1888)

1870: Manifesto Republicano
1889:

***Positivismo**= Corrente filosófica. Augusto Comte

Módulo 25 · República da Espada: Marechal Deodoro

1. República

Expressão dos novos agentes sociais, burguesia agrária cafeeira paulista, classe média intelectualizada e oficialidade militar

2. Governo Provisório (1889-1891) – Marechal Deodoro da Fonseca

Política	Constituição de 1891	– Promulgada – República presidencialista, representativa e federativa – Três poderes independentes: Executivo, Legislativo e Judiciário – Voto universal e descoberto
	– Separação entre Igreja e Estado – Criação dos registros civis	
Economia	– Política industrializante (Rui Barbosa): protecionismo e emissionismo – “Encilhamento”	

Eleição indireta (Congresso) para presidente

3. Governo Constitucional (1891) – Marechal Deodoro da Fonseca

- Divergência entre a Presidência e o Congresso Nacional
- Revolta da Armada
- Renúncia do Presidente

Módulo 26 · República da Espada: Floriano Peixoto

- Apoio do Congresso à posse do vice-presidente (Floriano) como presidente constitucional
- Adoção de medidas populares e apoio da classe média urbana
- Contestação militar à constitucionalidade do presidente: Segunda Revolta da Armada
- Revolução Federalista Gaúcha

Maragatos	Pica-paus
Federalistas; estancieiros gaúchos	Centralistas; Partido Republicano Gaúcho

- Repressão às revoltas – “Marechal de Ferro”
- Sucessão presidencial por eleições diretas

Módulo 27 · República Oligárquica: Prudente de Moraes

Início do domínio oligárquico no poder federal

Política externa	<ol style="list-style-type: none"> 1) Manutenção da Ilha de Trindade ao Brasil, reivindicada pela Inglaterra 2) Manutenção do território de Palmas ao Brasil, reivindicado pela Argentina 	
	Grave crise econômica: extensão dos efeitos do “Encilhamento”	
Política interna	Canudos	<p>Líder: Antônio Maciel (Antônio Conselheiro)</p> <p>Localização: Arraial de Belo Monte, fundado no interior da Bahia, à margem do rio Vasa-Barris</p> <p>Religiosidade popular</p> <p>Crítica à República: integrantes acusados de monarquistas</p> <p>Messianismo</p> <p>Concentração fundiária e opressão dos coronéis</p> <p>Miséria</p> <p>Oposição a Canudos: governo federal, Igreja Católica e coronéis</p> <p>Massacre dos revoltosos pelas tropas do Exército</p>

Módulo 28 · República Oligárquica: Campos Sales e a política dos governadores

1. Economia

- 1) Café: crise de superprodução e concorrência estrangeira
 - 2) Prolongamento da crise do “Encilhamento” e das Revoltas da Armada e Federalista
 - 3) *Funding-loan*: renegociação da dívida externa (moratória), prazos para amortização dos juros e da dívida, política deflacionária
- Corte nos gastos públicos, falências, desemprego, crise social

2. Política

- 1) “Política dos governadores” ou “política dos estados”.
Predomínio de São Paulo e Minas Gerais (café-com-leite)
- 2) Coronelismo: paternalismo, voto de cabresto, curral eleitoral, mandonismo político
- 3) Comissão de verificação de poderes (“degola”)

Módulo 29 · República Oligárquica: Rodrigues Alves

Rio de Janeiro – Revolta da Vacina (contexto)	
Urbanização e saneamento	Higienização
Objetivo: atrair investimentos e mão-de-obra estrangeira, reestruturando o espaço urbano com base nos modelos de cidades europeias.	Objetivo: combater os surtos epidêmicos que afugentavam investidores e mão-de-obra estrangeira.
Ação: “Bota-abaixo”	Ação: “mata-mosquito” e “vacinação obrigatória”
Resultado: valorização das áreas centrais; especulação imobiliária; favelização	Resultado: ferrenha oposição política e “ Revolta da Vacina ”; prisões; desterros e expulsões

Economia	
1) Borracha	Surto econômico na Amazônia, aproximadamente entre 1880 e 1920; matéria-prima de exportação para os países industrializados; atraiu mão-de-obra nordestina; invasão do atual território do Acre (anteriormente da Bolívia).
2) Café	Convênio de Taubaté (1906): presidentes de SP, MG e RJ. Valorização artificial do café por meio de uma política de intervenção estatal na economia: compra do excedente de café pelos governos estaduais (posição assumida pelo governo federal); desvalorização monetária (estímulo à exportação); impostos sobre as sacas de café; dependência do capital estrangeiro para o financiamento da compra do excedente (empréstimos).

Política externa

Questão do Acre – Incorporação do Acre ao Brasil – Tratado de Petrópolis (1903): indenização à Bolívia e construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Diplomata brasileiro: Barão do Rio Branco.

Módulo 30 · República Oligárquica: Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca

Afonso Pena (1906-1909)	<ul style="list-style-type: none"> – Federalização do Convênio de Taubaté – “Governar é povoar”: incentivo à imigração, cafeicultura • Unidades da Federação: imigrantes – mão-de-obra • Governo federal: política de subsídio para a imigração – povoamento dos estados do sul, construção de ferrovias – Rui Barbosa: “Águia de Haia” – Integração nacional através de linhas telegráficas: general Cândido Rondon • Rondon: contato pacífico com os indígenas, proposta de proteção aos índios • 1910: criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio)
Nilo Peçanha (1909-1910)	<ul style="list-style-type: none"> – 1ª ruptura da política do café-com-leite • Campanha civilista: Rui Barbosa <i>versus</i> marechal Hermes da Fonseca

Fato histórico	Local	Liderança	O movimento
Revolta da Chibata (Marinha) Novembro de 1910	Rio de Janeiro	João Cândido Gregório Nascimento André Avelino	Reivindicações <ul style="list-style-type: none"> • Fim dos castigos corporais na Marinha • Melhoria na alimentação e nos salários • Fim do recrutamento forçado Resultados <ul style="list-style-type: none"> • Promessa de anistia (não cumprida) • Prisões arbitrárias • Expulsões da Marinha • Fuzilamentos • Deportações

Política das Salvações

- Apoio dos militares e do senador Pinheiro Machado
- Substituir as tradicionais oligarquias por outras, ligadas ao presidente (“salvação”).
 - Resistência em São Paulo: inalteradas as oligarquias em MG e RS, aliadas do presidente
 - Resistência no Ceará: Revolta de Juazeiro

Revolta de Juazeiro

- Ceará – Problemas estruturais: economia em descompasso com as relações capitalistas no país
 - 1914 – “Salvação”: deposição da oligarquia Acioli, apoiada pelo “coronel de batina” Pe. Cícero (Padim Ciço) e indicação do coronel Franco Rabelo como “salvacionista”
 - Incitação dos camponeses, jagunços e peonada contra o novo presidente do Estado: conflito armado entre os coronéis, intervenção do governo federal e fim dos conflitos com o retorno dos antigos oligarcas

Módulo 31. República Oligárquica: Venceslau Brás

- Reativação da aliança política do café-com-leite
- Assassinato do senador Pinheiro Machado

Movimento	Local	O movimento e seu desfecho
Guerra do Contestado (1912-1916)	Divisa entre os estados de Santa Catarina e Paraná	<ul style="list-style-type: none"> • Região rica em madeira e erva-mate • Região "contestada" pelos estados de SC e PR • Empreendimento norte-americano na região: <i>Brazil Railway Company</i>: ferrovia e madeireira • Desapropriação de posseiros e madeireiros instalados na área • Messianismo dos camponeses: monge João Maria • Sebastianismo: falange de anjos a defender os camponeses • Formação de vilas santas: "monarquia celeste" • Repressão dos governos estaduais, coronéis e governo federal: uso de artilharia e aviação militar contra os revoltosos – 20.000 mortos • Região incorporada a Santa Catarina

O Brasil e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

- 1914-1917: Neutralidade brasileira
- 1917: afundamento de navios mercantes brasileiros pelos alemães, patrulhamento do Atlântico Sul e missões médicas

Efeitos da Primeira Guerra no Brasil

Surto industrial	<ul style="list-style-type: none"> • Bens de consumo não duráveis: política de substituição de importações – Maquinários baratos, mão-de-obra disponível e desqualificada (barata), mercado interno – Investidores: grandes fazendeiros e comerciantes importadores (imigrantes) • Capital estrangeiro: serviços, transportes, bancos, iluminação, água
Urbanização	<ul style="list-style-type: none"> • Rápido crescimento urbano em função da industrialização
Socialmente	<ul style="list-style-type: none"> • Burguesia industrial: oriunda do setor cafeeiro e a ele identificada • Classe média: funcionários públicos e profissionais liberais – Identificados com o liberalismo e contrários à corrupção política oligárquica • Operariado: maioria de imigrantes (italianos, espanhóis e portugueses) – Experiência de luta de classes na Europa: capital <i>versus</i> trabalho – Reivindicações: direitos trabalhistas – Greve de 1917 Socialistas: adeptos do marxismo (corrente minoritária até 1920) Defesa de um Estado socialista, fim da propriedade privada dos meios de produção, ação política através de um partido político Anarcossindicalistas: corrente majoritária até 1920 Negação do Estado e da propriedade privada dos meios de produção, ação direta do proletariado contra os capitalistas, contra a organização partidária ou de um Estado socialista Organização sindical, greves, jornais, passeatas, congressos operários

Módulo 32. República Oligárquica: Epitácio Pessoa e o início do Tenentismo

Fim da Primeira Guerra Mundial

- Recuperação econômica europeia
- Redução das importações de produtos brasileiros
- Aumento dos estoques de café e da dívida externa (empréstimos no exterior para compra da safra excedente)

Política interna	
Inabilidade política do Presidente	– Ministério da Guerra e da Marinha ocupado por civis
Reação republicana	– Dissidência oligárquica quando da indicação de Artur Bernardes (café-com-leite) – Candidatos: Nilo Peçanha (candidato a presidente), J.J. Seabra (candidato a vice)
Episódio das “cartas falsas” (outubro de 1921)	– Acusações e deboche ao marechal Hermes da Fonseca, cartas publicadas no jornal <i>Correio da Manhã</i> , autoria atribuída ao então candidato Artur Bernardes – Reação militar no Clube Militar – perícia das cartas (falsas)
Tenentismo	– Movimento reformista dos militares: modernização política e econômica do país – Crítica ao excessivo federalismo e à política oligárquica – Elitismo: não identificação com os demais segmentos sociais e políticos do país – Revolta do Forte de Copacabana: 5 de julho de 1922 <ul style="list-style-type: none"> • Prisão do marechal Hermes da Fonseca • Fechamento do Clube Militar • Levante militar em vários fortes
Semana de Arte Moderna	– Teatro Municipal de São Paulo (fevereiro de 1922) – Antropofagia – Verde-amarelismo
Partido Comunista Brasileiro	– Março de 1922 – identificação com as diretrizes do PCUS – Ex-anarquistas, intelectuais e operários – “Vanguarda” do movimento operário: condução do movimento a partir da organização política, e não mais pelo espontaneísmo anarcossindicalista

Módulo 33 · República Oligárquica: Artur Bernardes e a crise

- Crise econômica: declínio das exportações, política de valorização do café, desvalorização monetária, elevação do custo de vida e dívida externa
- Crescimento urbano-industrial: descontentamento da classe média urbana
- Avanço do movimento operário: repressão governamental
- Estado de sítio
- Dissidências e ressentimentos herdados do governo anterior (Epiácio Pessoa)
- Tenentismo

1. Revolução Gaúcha de 1923

- Vital Brasil, apoiado pelo presidente Artur Bernardes – Aliança Libertadora
- Borges Medeiros, reeleito pela quinta vez consecutiva (RS – único estado que admitia a reeleição), opositor ao presidente Artur Bernardes

Guerra civil: Maragatos (federalistas ou libertadores, Vital Brasil) *versus* Chimangos ou Pica-paus (Borges de Medeiros), guerra civil – Pacto de Pedras Altas

2. Revolta Paulista de 1924

- Penalização aos militares participantes do episódio da Revolta do Forte de Copacabana
- Crise econômica nacional
- 5 de julho de 1924 (2º aniversário da Revolta do Forte de Copacabana)
- Propostas: nova Constituição, voto secreto, ensino público e gratuito, centralismo político
- Os revoltosos – sediados por tropas legislativas – rumo al sul do país.

3. Coluna Prestes (1925-1927): General Miguel Costa e capitão Luís Carlos Prestes

- 24.000 km percorridos; 53 combates travados contra as forças governamentais
- Tentativa de derrubada do presidente Artur Bernardes.

Módulo 34 · República oligárquica: Washington Luís e a Revolução de 1930

1. Política interna

1) *Slogan*: “Governar é abrir estradas”.

2) Oposição

– 1. Partido Democrático: burguesia, oligarquia dissidente, alta classe média

– 2. BOC: Bloco Operário e Camponês

– 3. PCB: Partido Comunista Brasileiro

• Repressão governamental

Lei de Imprensa (Censura)

Lei Celerada (perseguição aos ativistas operários, fechamento de associações da classe operária): “A questão social é um caso de polícia.”

Ilegalidade do PCB: atuação na clandestinidade

• **Cangaço**: banditismo social (camponeses destituídos de suas terras por ações de violência dos coronéis com a convivência policial)

2. Economia

Caixa de estabilização: emissão monetária igual ao valor das reservas em ouro do Brasil em Londres e Nova York.

Crack de 1929: crise do liberalismo econômico (não intervenção do Estado na economia): lei da oferta e da procura, livre-concorrência; crise capitalista em dimensão mundial: falências e desemprego.

Efeitos sobre o Brasil: queda do preço do café (produto de sobremesa), fim dos empréstimos internacionais que

estoques pelo governo), falência dos cafeicultores, desemprego, fim do domínio das oligarquias cafeeiras, agitação social, crescimento do movimento operário, greves.

Medidas econômicas no Brasil: manutenção da austeridade monetária, sem emissão, sem refinanciamento e sem novos créditos aos fazendeiros.

3. Sucessão presidencial

Júlio Prestes: candidato paulista apoiado por Washington Luís (PRP), ruptura da política do café com leite.

Getúlio Vargas (oligarca gaúcho) e João Pessoa (oligarca paraibano) – **Aliança Liberal**: frente de oposição e não um partido político. Composição: Minas Gerais, oligarquias dissidentes, Partido Democrático, classe média urbana e tenentes. Propostas: voto secreto, reforma judiciária, incentivo à produção industrial e leis trabalhistas.

Vitória: Júlio Prestes

“Prefiro dez Júlios Prestes a uma revolução”. (João Pessoa)

4. Revolução de 1930

Causa imediata: assassinato de João Pessoa em Recife “Façamos a Revolução antes que o povo a faça”. (Antônio Carlos de Andrade, PRM)

Deposição do presidente Washington Luís por uma junta militar

Júlio Prestes não chegou a tomar posse.

Módulo 35 · Era Vargas: governos provisório e constitucional

1. Governo provisório

Estado de massas ou de compromisso: o Estado representa o conjunto da sociedade.

1.1. Principais medidas

– Anulação da Constituição de 1891

– Nomeação de interventores militares para os executivos estaduais

– Criação de Ministérios: Trabalho, Indústria, Comércio, Educação e Saúde Pública

– Intervenção do Estado na economia

– 1931: criação do Conselho Nacional do Café

– Criação de institutos agrícolas

– Estímulo à indústria: nacionalismo, elevação das tarifas alfandegárias, controle de preços e salários, desvalorização cambial

– 1934: Vargas volta-se para uma política industrializante.

– Representação popular

– Voto secreto, universal e feminino

– Representação classista e leis trabalhistas

2. Governo constitucional (1934-1937)

2.1. Contexto mundial

– Avanço das ideologias nazifascistas: Itália (fascismo), Alemanha (nazismo), Polônia, Portugal (salazarismo) e Espanha (franquismo)

– Tendências políticas

2.2. Ação Integralista Brasileira (AIB)

– Fascista

– Defendia: ditadura, antiliberalismo, antidemocracia, monopartidarismo, política nacionalista e anticomunista

– Composição social: ex-tenentes, classe média empobrecida

1.2. Revolução Constitucionalista de 1932

- Reação das elites de São Paulo contra: o centralismo político de Vargas; o prolongamento do governo provisório; o interventor João Alberto (militar e não paulista) e a falta de Constituição
- Objetivos: retorno à velha ordem oligárquica
- Isolamento político de São Paulo
- “Derrota militar, mas vitória política”

1.3. A Constituição de 1934

- República federalista e presidencialista
- Eleições diretas
- Extinção do cargo de vice-presidente

2.3. Aliança Nacional Libertadora (ANL)

- Antifascista e anti-imperialista
- Defendia: não pagamento da dívida externa, nacionalização de bancos e empresas estrangeiras, reforma agrária
- **1935:** Congresso aprova lei de segurança nacional; Vargas dissolve a ANL e prende suas lideranças.
- Reação da ANL: Intentona Comunista
- **1937:** Plano Cohen = farsa política de Vargas e ministros militares integralistas (forjado)
- Outorga da Constituição: “Polaca” (baseada no fascismo polonês)

Módulo 36 • Era Vargas: Estado Novo (1937-1945)

1. A Constituição de 1937 (outorgada)

- Poder Executivo forte
- Governo por decretos
- Dissolução do Poder Legislativo (em todas as suas instâncias)
- Intervenção do Governo Federal nos governos estaduais e municipais
- Extinção dos partidos políticos

2. Órgãos do governo

- DIP: Departamento de Imprensa e Propaganda = censura e propaganda oficial do governo
- DASP: Departamento Administrativo do Serviço Público = recrutamento, seleção e promoção dos funcionários públicos; controle orçamentário do governo
- Polícia política: repressão política

3. Legislação trabalhista

- Corporativismo
- Sindicato único
- Imposto sindical (peleguismo)
- Justiça do Trabalho
- Carteira de trabalho
- Salário mínimo - 1940
- Consolidação das Leis Trabalhistas - 1943 (CLT)

4. Economia

- Nacionalismo intervencionista, sem intervir no capital estrangeiro
- Investimento na indústria de base
- Segunda Guerra Mundial: empréstimos norte-americanos para a montagem de uma siderúrgica em troca da instalação de uma base militar no Rio Grande do Norte
- Institutos para controle e planejamento da economia
- Institutos: do Mate, do Pinho, do Alcool, do Açúcar
- Conselho Nacional do Petróleo (CNP)
- Conselho de Água e Energia
- Comissão do Vale do Rio Doce
- Fábrica Nacional de Motores (FNM)

5. O fim da Era Vargas

- Participação do Brasil na guerra contra os países do Eixo (nazifascistas).
- Contradição: Brasil (fascista) *versus* Eixo (fascismo)
- Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte
- Anistia política
- Reforma partidária: PSD, PTB, UDN, PCB, PSP, PDC
- Queremismo: “Queremos Getúlio” (“Constituinte com Getúlio”)
- Golpe “preventivo”: militares depuseram Getúlio Vargas.

Módulo 37 • República populista: Dutra e a Guerra Fria

Presidência do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)

Considerações iniciais

- Contexto mundial após a Segunda Guerra: Guerra Fria
- Brasil: perfila-se ao lado dos EUA.
- Fundação da Escola Superior de Guerra (ESG)
-

Economia

- 1946/47:
 - Liberalismo econômico
 - Gastam-se as reservas cambiais do Brasil
 - Déficit na balança comercial
- 1947 a 1950: controle de importações
- Plano SALTE: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia

Constituição de 1946

- República
- Federalismo
- Presidencialismo (eleição direta, mandato de 5 anos, sem direito a reeleição; eleição para presidente e vice)
- Voto secreto e universal (exceto analfabetos, cabos e soldados)
- Representatividade popular e corporativismo

Módulo 38 · República populista: Getúlio, nacionalistas e entreguistas

1. Vargas e os setores sociais

Apoio dos trabalhadores, dos industriais nacionalistas e dos militares.

2. A economia

- Nacionalismo reformista e necessidade de incrementar os setores da indústria de base, reservados ao Estado.
- Criação da Petrobras, da Eletrobrás e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).
- Recusa dos EUA na liberação de novos empréstimos ao Brasil, temendo o crescimento da política econômica nacionalista.
- Aprovação da lei de remessa de capital para o exterior.
- Pressão dos trabalhadores por melhorias salariais = Greve dos 300 mil, organizada pelo PCB.

3. Politicamente

- Populismo: sustentação política em vários partidos e nos movimentos populares
- Divergência político-econômica com os EUA

Módulo 39 · República populista: JK e Jânio Quadros

1. Juscelino Kubitschek (1956-1961)

1.1. Economia

- Plano de metas: rápido desenvolvimento industrial "Cinquenta anos em cinco"
- Estado: indústria de base
- Iniciativa privada: indústria de bens de consumo duráveis

1.2. Industrialização

- Indústria automobilística, máquinas pesadas, construção civil e naval
- Transferência de tecnologia obsoleta para o Brasil
- Brasil: dependência de tecnologia e de capitais estrangeiros
- Desenvolveu uma mão de obra mais qualificada e consciente.
- Classe média: prestação de serviços e mercado consumidor
- Mecanização no campo: problemas agrários

1.3. Resultado dos anos JK

- Dívida externa elevada

Política trabalhista

- Repressão a greves, sindicatos sob intervenção, sindicalismo pelego
- Trabalhadores: inúmeras greves no período
- **Política externa:** ruptura com a URSS (Guerra Fria)
- **Política interna:** cassação do PCB (Guerra Fria)

- UDN:

I. Posição sistemática a Vargas = defendiam os interesses dos comerciantes importadores, e não os interesses industriais nacionalistas.

II. Acusava Vargas e seu ministro João Goulart de pretenderem implantar uma República sindicalista, a exemplo da Argentina.

- PCB = parte da oposição a Vargas
- Crime da Rua Toneleiros: atentado contra Carlos Lacerda (UDN) e assassinato do major Rubens Vaz = ruptura dos militares com Vargas.
- 24/08/54 = suicídio de Vargas

4. Governo Café Filho (1954-1955)

- Eleição de Juscelino Kubitschek (PSD-PTB) à Presidência.
- Tentativa de impedir a posse do presidente por parte da UDN.
- Marechal Henrique Teixeira Lott impede o "golpe" e empossa JK.

- Consumismo (classe média)
- Inflação
- Elevação do custo de vida
- Ruptura com o FMI

2. O governo Jânio Quadros (UDN) – 1961 (janeiro a agosto)

- Promessa de austeridade política e econômica
- Liberação do valor do câmbio (do dólar)
- Arrocho salarial
- Fim dos subsídios
- Desvalorização monetária

2.1. Política externa independente

- Aproximação com os países do Leste Europeu e os países africanos
- Condecoração de Ernesto Che Guevara

2.2. 25/08/61 = Renúncia

- Esperava uma reação militar para sua permanência, evitando que o vice-presidente João Goulart assumisse.

Módulo 40 · República Populista:

Jango e o golpe de 1964

1. O governo João Goulart (PSD – PTB) 1961–1964

- Impasse entre setores militares pela posse de João Goulart.
- “Cadeia da Legalidade” favorável à posse de João Goulart.
- Solução: Parlamentarismo (de 1961 a 1963)

2. Economia

- Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social:
- Reformas de Base: reforma agrária / bancária / educacional / monetária / saúde / habitacional

3. Política e Social

- Segmentos a favor do governo Jango: UNE (União Nacional dos Estudantes), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), Ligas Camponesas e Igreja Progressista;

- Segmentos contra o governo Jango: IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática); IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), MAC (Movimento Anticomunista), grande imprensa, latifundiários, burguesia nacional e Igreja Conservadora.

4. O golpe

- EUA: negam-se a renegociar a dívida externa e a liberar novos empréstimos; opunham-se à nacionalização de empresas de comunicações e de exploração de minas.
- 13 de março de 1964: comício na Central do Brasil = decreto presidencial a favor de reformas.
- 19 de março de 1964: marcha da Família com Deus pela Liberdade = reação conservadora.
- 1º de abril = golpe militar

Módulo 41 · Regime militar (I)

1. Os primeiros dias

- Ato Institucional nº 1 (AI-1) – 1964
- Conservava a Constituição de 1946; eleição indireta para presidente; cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais por 10 anos, sem nenhuma apreciação judicial.
- Eleição (pelo Colégio Eleitoral) do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco para presidente.

2. O governo Castello Branco (1964-1967)

- Criação do SNI (Serviço Nacional de Informação) baseado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN).
- PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo): revogação da Lei de Remessa de Capital para o exterior (Lei 4.131 / 1962); desnacionalização da economia; liberdade de investimentos do capital estrangeiro.
- Lei de Greve: o governo definiria o “significado” da greve; autorização prévia do governo.
- Fim da estabilidade do emprego e substituição pelo FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).
- AI-2 (1965): o Legislativo sob controle do Executivo; novas cassações; fim dos partidos políticos e criação da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e do MDB (Movimento Democrático Brasileiro).
- AI-3 (1966): eleição indireta para governadores e de prefeitos das capitais.
- AI-4 (1967): Nova Constituição – Executivo – deliberações sobre questões de segurança e orçamento; criação de “áreas de segurança nacional”; manutenção da Imunidade Parlamentar, do *habeas corpus* e autonomia do judiciário.

3. O Governo Costa e Silva (1967-1969)

- PED (Plano Estratégico de Desenvolvimento): continuidade do PAEG.
- Pressão social contra o governo = cobrança de resultados nas áreas sociais, educacional, habitacional, inflação, dívida externa, reforma agrária.
- Criação do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), Projeto Rondon e Plano Nacional de Saúde.

Oposição: estudantes, trabalhadores, setores populares e políticos do MDB (eleitos em 1966).

- Sindicatos: sob intervenção do governo.

Oposição sindical: corrente do sindicalismo que buscava retomar os cargos sindicais perdidos por imposição do regime militar.

A oposição sindical vence as eleições no sindicato de Contagem e Osasco, realizando greves.

1967: greve em Contagem = vitoriosa

1968: greve em Osasco = intervenção militar, perseguição aos líderes sindicais, “desaparecidos”.

- 1967: Frente Ampla = reunião de lideranças políticas (Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Magalhães Pinto, Jango) contra o regime militar. Por decreto, os militares proibiram a existência e a atuação da Frente Ampla.

- AI-5 (1968): plenos poderes ao presidente e fim das liberdades e garantias democráticas.

resultado: tortura, desaparecidos, prisões arbitrárias, inutilidade da Arena e do MDB, anulação do Judiciário, fim do *habeas corpus* etc.

- Junta Militar: Emenda Constitucional nº 1. Decretos-Leis sem a divulgação do seu conteúdo.

4. O Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)

- Ação das “esquerdas”: guerrilha rural, urbana, sequestro de embaixadores, invasões a quartéis, assalto a bancos etc.

- Órgãos de repressão: DOI-CODI, OBAN e DOPS.

- Lei de Segurança Nacional: destruição das liberdades públicas = proibição do direito de reunião, de imprensa, de associação etc.

Economia

1º PND: Plano Nacional de Desenvolvimento. Tecno-cratas na economia.

Milagre Econômico: elevação do PIB a índices de 14% ao ano, capital estrangeiro, estatais e crédito ao consumidor.

Módulo 42 · Regime militar (II)

1. O governo Ernesto Geisel (1974-1979) – “Uma abertura lenta, gradual e segura”

- O governo Ernesto Geisel (1974-1979) – “Uma abertura lenta, gradual e segura”
- Fim do milagre econômico: dívida externa, inflação e desemprego
- Crescimento da oposição: MDB
- Abertura:
 - Suspensão parcial da censura
 - Reformas eleitorais
- Lei Falcão
- 1975: Morte do jornalista Vladimir Herzog
- 1976: Morte do sindicalista Manuel Fiel Filho
- 1977: Pacote de Abril (Emenda Constitucional nº 8):
 - Senadores biônicos (1/3 do senado era indicado pelo regime militar)
 - Alteração no número de deputados no Congresso: cada Estado teria um número de deputados proporcional ao número de habitantes, e não mais de acordo com o número de eleitores.
 - Aprovação de emendas constitucionais: aprovação pelos deputados com maioria absoluta (50% + 1)
 - Lei Falcão para todas as eleições: federais, estaduais e municipais
- Política externa: “Pragmatismo Responsável”
 - Restabelecimento de relações diplomáticas com a China.

- Reconhecimento de regimes socialistas: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.
- Acordo nuclear com a Alemanha.
- Questão energética:
 - Proálcool (Biomassa)
- Política interna:
 - Greves no ABC paulista (1978 / 79).
 - Readmissão do direito de *habeas corpus*.
 - Fim do AI-5
- Oposição Institucional ao regime militar:
 - OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
 - ABI: Associação Brasileira de Imprensa
 - CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

2. O governo João Batista Figueiredo (1979-1985)

- Continuidade da abertura: Lei da Anistia; reforma partidária (voto vinculado e proibição de coligações nas eleições)
- Opositores à abertura (militares, DOI-CODI): atentado no Riocentro, carta bomba na OAB, destruição de bancas de jornais
- 1984: campanha das Diretas-Já (derrotada por uma margem de 22 votos.)
- A sucessão de Figueiredo:
 - Eleição indireta no Congresso
 - Tancredo Neves / José Sarney *versus* Paulo Maluf.

Módulo 43 · Nova República: Sarney e Collor

1. O governo José Sarney (1985-1989)

- **1986: Plano Cruzado** – Nova moeda: cruzado; congelamento de preços; tabelamento de valores; índices de deflação; gatilho salarial para quando a inflação ultrapassasse 20%.
- Boicote ao Plano Cruzado: empresários “maquiavam” os produtos; cobrança de ágio; ausência de produtos no mercado.
- Vitória eleitoral do Plano Cruzado: vitória do PMDB para governador em todos os Estados, exceto em Sergipe; 54% do Legislativo Federal.
- **1987: Plano Bresser** – Congelamento de preços por dois meses; aumento de tarifas públicas e impostos; gatilho salarial para quando a inflação ultrapassasse 10%
- Crescimento das oposições: vitória do PT, PDT e PSDB nas principais capitais do país.
- **1988: Constituição “Cidadã”**
- Presidencialismo, federalismo, representação popular, direito à propriedade privada, voto universal e secreto, extensivo aos analfabetos e obrigatório para os maiores de 18 anos (facultativo para maiores de 16 anos), respeito aos índios (suas terras, idiomas e culturas).
 - Trabalhismo: licença maternidade de 4 meses, licença paternidade, jornada semanal de 44 horas, ampla liberdade sindical, direito de greve, indenização por demissão sem justa causa.

- **1989: Plano Verão** – Nova moeda: Cruzado Novo; congelamento de preços de alguns produtos; abertura ao mercado externo; privatizações de estatais; corte nos gastos públicos (saúde, educação, transporte e habitação).

• 1989: Eleições presidenciais diretas

- Conjuntura internacional: queda do Muro de Berlim.
- Segundo turno das eleições: **Collor** (Partido da Renovação Nacional – PRN): arrojado, decidido, caçador de marajás, campanha junto aos “descamisados” com discurso para os empresários; **Lula** (Frente Brasil Popular): política voltada para o social.

2. O governo Fernando Collor de Melo (1990-1992)

- **1990: Plano Collor** – Nova moeda: retorno do Cruzeiro; bloqueio dos depósitos nas contas correntes que ultrapassassem 50 mil cruzados (devolvidos após 18 meses e em 12 parcelas); tabelamento de preços dos principais gêneros de consumo; pré-fixação salarial
- Reforma Administrativa com a extinção de vários ministérios e substituição por secretarias.
- **1991: Plano Collor II** – Congelamento de salários; pré-fixação dos juros.
- Escândalo de corrupção envolvendo PC Farias e o presidente Collor. Processo de *impeachment* do presidente pelo Congresso (9/92) e à sua renúncia (12/92).

Módulo 44 · Nova República: Itamar, FHC e Lula

1. O governo Itamar Franco (1992-1995)

- CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do orçamento: os “anões” do orçamento.
- Lançamento do Plano Real:
 - modelo econômico com base em experiências do México e da Argentina;
 - fortalecimento da moeda nacional com parâmetros do dólar;
 - congelamento de salários;
 - entendimento com os empresários sobre controle de preços.

2. Eleições presidenciais de 1994

- O candidato FHC (PSDB – PFL)
 - Programa mãos à obra, Brasil
 - Refazer o esquema de financiamento e desenvolvimento
 - Fortalecimento do Legislativo
 - Realização de projetos sociais
 - Defesa dos interesses nacionais ante a comunidade internacional
- O candidato Lula (Frente Brasil Popular)
 - Revolução democrática
 - Estado Forte no sistema produtivo
 - Estímulo ao cooperativismo e às pequenas e médias empresas
 - Programas sociais nas áreas: saúde, habitação, educação, transporte de massa, democratização da terra e política agrícola

3. O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999)

- Neoliberalismo / Globalização
- Quebra dos monopólios estatais do petróleo e telecomunicações
- Alteração no conceito de empresas nacionais
- Atrai o capital estrangeiro, principalmente o especulativo.
- Propostas de reformas: previdência social; funcionalismo público; sistema fiscal, tributário e administrativo
- Conflitos entre o MST (Movimento dos trabalhadores Sem-Terra) e forças do governo
- Economia: aumento da taxa de juros; desvalorização cambial; queda do consumo e elevação do índice de desemprego; PROER (Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro)
 - Mercosul: 1º de janeiro de 1995 (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai)
 - ONGs: direitos humanos, questões sociais, minorias, fome, miséria, trabalho infantil, aids, reeleição

4. O governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002)

- Crescimento da violência urbana
- Elevação dos índices de desemprego

5. O governo Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006)

- Programas: Fome Zero, Primeiro Emprego, Bolsa Família
- ProUni
- Sistema de cotas nas Universidades
- Manutenção da política econômica do governo FHC pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci
- Política externa: África / América Latina / Países Árabes
- Interesse em ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU
- Denúncias de envolvimento de ministros e bancada do PT em esquemas de corrupção
- Saneamento da economia – dívida externa e estabilização
- Até 2009, poucos efeitos da crise mundial (subprime)
- “Denuncismo” – CPIs.